

PERCORRENDO ESTANTES: CONSIDERAÇÕES ACERCA DA RELEVÂNCIA DOS ACERVOS DOS GABINETES DE LEITURA DE IPU E CAMOCIM PARA A PESQUISA HISTÓRICA⁵¹

Jorge Luiz Ferreira Lima⁵²

Antonio Gilberto Ramos Nogueira⁵³

Resumo:

Este artigo apresenta algumas discussões acerca da situação atual dos acervos dos gabinetes de leitura fundados em Ipu e Camocim durante a segunda década do século XX. Busca ainda apontar novas possibilidades de pesquisa tomando-os como fonte, esforço este que se conjuga com o segundo objetivo deste trabalho, o qual consiste em discutir a relevância dos acervos enquanto fontes históricas.

Palavras-chave: gabinetes de leitura, arquivo, memória, livro.

Summary:

This article presents some discussions about the current status of collections of reading offices based in Ipu and Camocim during the second decade of the twentieth century. Search also new possibilities of research taking them as a source, that this effort is coupled with the second objective of this work, which is to point to the importance of collections as historical sources.

⁵¹Este trabalho é resultado da adaptação de parte do terceiro capítulo da dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará em junho de 2011, sob a orientação do prof. Dr. Antonio Gilberto Ramos Nogueira.

⁵²Mestre em História Social pela Universidade Federal do Ceará. Professor da rede estadual de ensino. Email: jorgehistoriaufc@yahoo.com.br.

⁵³Professor Doutor do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará.

Artigo recebido 10/04/12. Aprovado em 14/05/12.

Keywords: Reading offices, file, memory, book.

Os gabinetes de leitura de Ipu e Camocim.

O Gabinete de Leitura Ipuense foi fundado em 1886. Constitua-se de uma associação voltada para a promoção de ações recreativas, incluindo a leitura, motivo pelo qual os sócios fundadores empreenderam certo esforço no sentido de organizar uma biblioteca. A duração desta instituição, no entanto, foi curta. Logo os sócios apresentaram a sugestão de uma mudança de atividade para associação, abandonando as atividades de cunho literário e concentrando-se na promoção de bailes dançantes⁵⁴.

A sugestão foi aceita pela maioria dos sócios e a biblioteca caiu em desuso. Os livros, por sua vez, foram acomodados em um salão cedido pelo vigário Padre Máximo Feitosa de Castro e ali permaneceram, ao que tudo indica, até a retomada do projeto do gabinete de leitura em 1919⁵⁵. Daí por diante, o Gabinete de Leitura Ipuense se manteve em atividade por tempo indeterminado, até o encerramento de suas atividades e a transferência de parte do acervo para a Biblioteca Francelina Martins, acomodada esta no prédio que atualmente serve de sede à Escola de Ensino Médio Coronel Auton Aragão.

O Gabinete de Leitura Camocinense foi fundado em 1913 e, da mesma maneira que o seu congênere em Ipu, também teve duração indeterminada⁵⁶. Após a sua desativação, os livros foram transferidos para o patrimônio da Associação Comercial de Camocim, com quem o Gabinete havia compartilhado o mesmo prédio.

⁵⁴SOUSA, Eusébio de. Um pouco de história: chronica do Ipu. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, t. XXIX, p. 223-225.

⁵⁵ARAUJO, Antonio Marrocos. Gabinete de Leitura Ipuense. *Revista dos Municipios*, Fortaleza, Ano I, n. 1, fev. 1929, p. 41-42.

⁵⁶Gabinete de Leitura Camociense. *Nortista*, Sobral, 13 jul 1913, p.1. Disponível para consulta na Biblioteca Governador Menezes Pimentel (Fortaleza/CE), Setor de Periódicos, Consulta de Microfilmes, rolo M114.

A situação atual dos acervos dos gabinetes de leitura de Ipu e Camocim

O trabalho de pesquisa histórica junto aos acervos dos gabinetes de leitura de Ipu e Camocim suscitou uma questão cuja importância foi crescendo à medida em que a investigação avançou: qual o estatuto que melhor se aplicaria a estes corpos documentais? Poderiam ser qualificados como “bibliotecas públicas”? Ou seria melhor tratá-los como “arquivos”?

A resposta a esta questão se mostrava difícil de encontrar quando tomávamos em consideração o estado e as condições de arranjo e preservação em que os referidos acervos foram encontrados.

No caso do Gabinete de Leitura Ipuense, seu patrimônio foi doado à Biblioteca Francelina Martins Araújo, a qual se acha instalada no prédio onde atualmente funciona a Escola Estadual de Ensino Médio Coronel Auton Aragão⁵⁷. Na estante onde estão acondicionados os livros do Gabinete encontra-se um catálogo com os títulos do acervo. O exame revelou ser ele fruto do trabalho de um bibliotecário amador, o qual se limitou a colher uma bibliografia básica, sem interferir na arrumação ou disposição dos livros na estante. Juntou ainda a estes os didáticos adquiridos pela escola.

O Gabinete de Leitura Camocinense teve seu acervo doado à Associação Comercial de Camocim. Ambos dividiam o mesmo prédio, um sobrado à Rua Dr. João Thomé, no centro da cidade. O prédio e a Associação ainda existem, mas o Gabinete foi encerrado em algum momento do século passado. As informações obtidas nas fontes não permitem precisar a data em que ele pôs fim às suas atividades e fez a transmissão de seu patrimônio à Associação Comercial.

O prédio serve atualmente às várias atividades desenvolvidas pela CDL – Câmara de Dirigentes Lojistas – de Camocim e para a seção do SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – emprestando seu

⁵⁷O sistema de ensino público do estado do Ceará está organizado da seguinte forma: a Secretaria Estadual de Educação – SEDUC – comanda vinte coordenadorias regionais para o desenvolvimento da educação – CREDEs – as quais comandam, por sua vez, as escolas estabelecidas nas cidades de sua área de abrangência. A cidade de Ipu, juntamente com todas as cidades da Serra da Ibiapaba, está sob a jurisdição da 5ª CREDE, com sede em Tianguá. A Escola de Ensino Fundamental e Médio Auton Aragão, por sua vez, localiza-se em Ipu, à Praça São Sebastião, 1029 – Centro.

espaço para a realização de congressos, cursos, conferências e reunião de empresários locais.

Encontramos o acervo depositado em uma pequena estante/armário com os livros desprovidos das capas e alguns com a encadernação comprometida. A ausência de capas foi precariamente suprida por cobertura em papel madeira, na qual os títulos foram escritos com pincel atômico, resultado da intervenção de algum funcionário preocupado com a identificação dos livros e sua conservação. O resultado comprometeu seu aspecto físico, deixando-os monotonamente iguais, retirando todo o prazer visual que experimentamos ao contemplar as belas lombadas antigas enfileiradas nas prateleiras⁵⁸.

Tais situações contribuíram para certificar-nos da necessidade de estabelecer um tratamento a ser dado aos acervos. O primeiro passo foi definir-lhes um estatuto, tomando em consideração a situação atual. Percebemos não se tratar de uma simples bibliotecas públicas. Talvez tenham se aproximado desta condição no passado, quando existiam efetivamente enquanto instituição e abriam suas portas para o público. Mesmo assim, traziam suas peculiaridades. Embora parecessem públicas no sentido de franquear o acesso à comunidade, não o faziam gratuitamente. E nunca foram públicas no sentido de serem mantidas pelo governo. Mesmo tendo recebido subvenções, suas iniciativas estão ligadas a particulares. Além do mais, suas atividades não se vinculam a nenhum tipo de política cultural.

O estatuto de bibliotecas públicas não se mostra suficiente para comportar o caráter de iniciativa privada no sentido de prover um espaço social da leitura. A constituição dos acervos a partir de doações angariadas por sócios pioneiros revela um esforço de caráter notadamente privado, onde o poder público figurava como colaborador. Os gabinetes de leitura de Ipu e Camocim aparecem como fruto do esforço de pequeno grupo de letrados interessados em prover suas cidades de um espaço destinado à leitura, esperando que os frequentadores de tal espaço viessem a colher os frutos construtivos de tal prática.

⁵⁸É provável que os livros encontrados na sede da Associação Comercial tenham tido suas capas danificadas durante o rigoroso inverno de 1924, quando goteiras no teto do prédio teriam danificado parte do acervo. De Camocim. *Correio do Norte*, Ipu, 15 fev. 1924, p. 1. Este fato será comentado mais adiante.

Em seu estudo sobre as bibliotecas públicas brasileiras, Schapochnik apresenta uma interessante definição dos gabinetes de leitura no trecho a seguir:

“Uma segunda modalidade de biblioteca é aquela constituída pelos gabinetes de leitura ou bibliotecas associativas. Elas eram sociedades de caráter privado, implicando no pagamento de jóia ou na aquisição de ações.”⁵⁹.

Os gabinetes de leitura surgiam a partir da composição de associações com fins vários além da constituição de um acervo. A biblioteca significava, para além de um dos principais cômodos de suas sedes, um item entre os objetivos destas associações. Promover bailes, reuniões literárias, seções ordinárias entre os sócios para discutir temas políticos, históricos e cívicos compunha a lista de finalidades previstas pelos fundadores dos gabinetes, confirmando as palavras de Schapochnik quando diz que os gabinetes “também se converteram em espaços de convivialidade e de reiteração dos vínculos identitários”⁶⁰.

Tratando com pequenas cidades da região norte do Ceará, logo percebemos que os gabinetes de leitura funcionavam para muito além de sua função de promotor da leitura. Atividades diversas como bailes em datas comemorativas, reuniões políticas e as aulas dos cursos noturnos tomavam a atenção dos sócios e chamavam mais a atenção do público do que a leitura em si, demonstrando que eles se constituem diante da sociedade como instituições com uma presença e atuação muito mais incisiva em termos políticos e culturais do que as simples bibliotecas públicas.

Os acervos que encontramos guardam vestígios, pois, de uma pequena parcela do que foram e representaram, de fato, os gabinetes de leitura no cenário político e social das cidades.

⁵⁹SCHAPOCHNIK, Nelson. A leitura no espaço e o espaço da leitura. In: ABREU, Marcia e SCHAPOCHNIK, Nelson (orgs). *Cultura letrada no Brasil: objetos e práticas*. Campinas/SP: Mercado de Letras/Associação de Leitura do Brasil (ALB)/FAPESP, 2005, p. 236.

⁶⁰Id. Ibidem.

Isto se explica a partir do exame da trajetória e da abrangência da atuação de seus fundadores e sócios. Trata-se de homens envolvidos na política, detentores de certo prestígio no âmbito econômico e cultural. A partir dos sujeitos, percebe-se o grau de complexidade do objeto. Os gabinetes representam muito mais do que um simples esforço no sentido de consolidar práticas de leitura na cidade, mas um espaço onde se podia mergulhar no fascinante mundo do livro. Desta forma, a organização do acervo em si, sua disposição e os títulos e autores apresentados dizem muito a respeito da proposta daquelas instituições.

Olhando a variada tipologia dos livros encontrados nos acervos dos gabinetes de leitura pesquisados, um grupo chama a atenção: os romances. Sua presença denuncia muito do gosto literário dos organizadores dos acervos, mas também sinaliza para aspectos mais sutis em torno de seus propósitos.

Referindo-se aos acervos dos gabinetes de leitura da Província de São Paulo durante o período imperial, Ana Luiza Martins os qualificou como “casa de livros proibidos”⁶¹. Preocupada com a censura, a autora afirma ter encontrado nos catálogos dos gabinetes paulistanos títulos que evidenciam a intenção de seus fundadores de criar espaços destinados a uma leitura que viesse se contrapor àquela das bibliotecas públicas tradicionais do Império, marcadas pelo “perfil religioso”, com acervos compostos por “livros religiosos e de ciências naturais”⁶².

Seguindo os sujeitos fundadores dos gabinetes paulistanos, Ana Luiza Martins identifica-os a estudantes da Faculdade de Direito e conclui que os gabinetes constituem uma forma de contraposição por parte destes ao tipo de leitura dogmatista e clericalista proposta pelo acervo caduco da biblioteca da Faculdade. Os gabinetes, ao incluírem romances de autores franceses e portugueses, uns em língua estrangeira, outros traduzidos, apresentavam a possibilidade de novas leituras, consideradas inovadoras, inauguradoras de

⁶¹MARTINS, Ana Luiza. Gabinetes de leitura do Império: casas esquecidas da censura? In: ABREU, Márcia. *Leitura, história e história da leitura*. Campinas/SP: Mercado de Letras, 1999, p. 404.

⁶²Id. *Ibidem*.

valores liberais, contrários ao conservadorismo das bibliotecas públicas do Império⁶³.

Os gabinetes de leitura aqui estudados, no entanto, seguem uma outra direção. Se eles se contrapõem a algum outro tipo de leitura, é difícil saber. Nos dois casos em questão, notamos ter sido eles as primeiras bibliotecas abertas à consulta pública em suas respectivas cidades. Após eles é que surgiram outras e nos é impossível aqui precisar o tipo de relação estabelecida entre os gabinetes e estas bibliotecas posteriores.

Sobressai o fato de que, para além de nossas considerações, os acervos constituem massas documentais cuja organização obedeceu a intencionalidades da parte dos responsáveis pela sua montagem. A pesquisa ora apresentada, a partir de seus resultados em termos de produção acadêmica, acabou representando um esforço de enfrentamento do esquecimento a que se encontravam relegados.

Um dos fatos que mais nos despertou a atenção foi o de que os gabinetes de leitura estão ausentes da memória das cidades. Seus acervos permaneceram no esquecimento, foram fracionados, dispersos entre possíveis herdeiros materiais dos seus fundadores, ou mesmo foram condenados ao desaparecimento. A destruição de acervos, seja por meio de sua dispersão, rapinagem ou queima, infelizmente não constitui fato raro nas cidades⁶⁴.

De acordo com Ulpiano José Bezerra de Menezes, “sem o esquecimento, a memória humana é impossível”⁶⁵. Compreender a razão pela qual os gabinetes de leitura não figuram entre os lugares de memória das cidades da região norte do Ceará requer um olhar atento ao presente destas cidades, onde as mudanças políticas e econômicas convivem com incômodas permanências de práticas e configurações sociais e culturais.

Os acervos dos gabinetes de leitura de Ipu e Camocim permanecem quase totalmente ignorados pelas populações das duas cidades, não sendo

⁶³Id. *Ibidem*.

⁶⁴Na cidade de Ipu, tivemos notícia da queima de parte do acervo deixado por Abdoral Timbó, antigo bibliotecário do Gabinete de Leitura Ipuense, por parte de seus herdeiros. Outra parte teria sido repartida entre amigos do falecido e da família. Tal fato nos foi narrado por José Matias Costa, contador, 58 anos.

⁶⁵MENEZES, Ulpiano José Bezerra. A história, cativa da memória? *Rev. Inst. Est. Bras.* São Paulo, nº 34, p. 16, 1992.

alvo de políticas de preservação nem incluídos entre os bens aos quais se atribui estatuto de patrimônio histórico. Neste âmbito, predominam as edificações.

O tratamento dado aos acervos pela memória local mostra-se marcado pelo silêncio e o esquecimento. Entre episódios, sujeitos e instituições incluídos no panteão histórico das cidades em questão, os gabinetes de leitura não aparecem. Os memorialistas costumam não mencioná-los ou, quando o fazem, os classificam como bibliotecas públicas, não conseguindo enxergar sua complexidade.

Parece-nos, à primeira vista, que os gabinetes de leitura, dentro do imbricado complexo formador da memória local, foram escolhidos para descarte, permitindo à memória sua existência a partir da reunião de uma sequência de fatos e perfis de pessoas consideradas fundamentais para as cidades.

Neste sentido, esbarramos no encontro sempre inevitável entre história e memória. Na perspectiva de Le Goff, “a história deve esclarecer a memória e ajudá-la a retificar seus erros”⁶⁶. A memória, a cuja construção o esquecimento é imprescindível, é construída e reconstruída constantemente no presente. O trabalho da memória dirige-se ao presente, não ao passado. Desta forma, percebe-se a ausência dos gabinetes de leitura na memória local a partir de seu quase completo esquecimento no presente.

As fontes contemporâneas aos gabinetes já sinalizavam para sua parca inserção no contexto sociocultural das cidades. A baixa frequência e certo abandono para com tais instituições são mencionados de forma lamentosa, buscando recuperar para estes espaços a dimensão de portadores de uma proposta de leitura formativa, capaz de elevar o caráter de seus frequentadores.

O esquecimento, de certa maneira, funciona como um fator de proteção aos acervos contra possíveis rapinadores. Nas pequenas cidades percorridas por esta pesquisa, a relação de alguns sujeitos qualificados como memorialistas com artefatos antigos mostra-se diversa daquela que o

⁶⁶LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5 ed. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2003, p. 29.

pesquisador estabelece com suas fontes. O desejo de posse em relação a objetos antigos leva a expropriações de acervos e à retenção de documentos.

Não raro percebe-se, ao consultar acervos particulares, uma postura de apropriação de documentos públicos, em detrimento do interesse de profissionais de pesquisa. A ausência de arquivos públicos, além de contribuir para a perda irremediável, contribui ainda para a permanência de documentos de grande relevância historiográfica nas mãos de pessoas propensas a desenvolver para com estes uma relação de posse motivada pelo vínculo afetivo com seus produtores. Tal situação as leva a se colocar no lugar de protetoras daquela massa documental, o que equivale a proteger a memória de seu antepassado.

Um dos fatores que favoreceu esta pesquisa foi o fato de os acervos dos gabinetes de leitura estarem sob a guarda de instituições, ao invés de pessoas físicas, o que poderia dificultar grandemente o acesso aos livros.

Os acervos como fontes documentais

Os gabinetes de leitura de Ipu e Camocim legaram pouquíssimos documentos relativos à sua trajetória institucional. Para além de notas publicadas nos jornais do período, restou apenas parte dos acervos. Nesta situação, a pesquisa não teve outra alternativa a não ser constituir os como principal corpo documental.

Em meio às dificuldades que foram surgindo, uma ocupou lugar de destaque entre nossas preocupações: que destino teriam tomado os livros atualmente ausentes nos acervos? À primeira vista, é fácil deduzir. Foram extraviados, tomados de empréstimo e não devolvidos. Os indícios recolhidos junto às fontes levam a considerar esta possibilidade como a principal forma de desvio dos livros dos gabinetes durante o intervalo de tempo em que se mantiveram em atividade.

Outras maneiras de se perder os livros existiam, e não passaram despercebidas à nossa investigação. O Gabinete de Leitura Camocinense teve

parte de seus livros danificados durante o inverno de 1924. O jornal *Correio do Norte*, publicado em Ipu, trazia notas enviadas de Camocim por Júlio Cícero Monteiro, as quais davam conta da intensidade e volume das chuvas que banharam a cidade durante aquele ano. O teto do prédio que servia de sede ao Gabinete de Leitura e à Associação Comercial apresentava problemas de goteiras no teto, o que teria provocado danos aos livros⁶⁷.

Por compartilhar a sede com a Associação Comercial, não houve traslado dos livros por ocasião da passagem de sua posse para esta última. Desta forma, o extravio de parte do acervo deu-se pelo acesso direto, ou seja, foram retirados das estantes por motivos os mais diversos. Também nos é difícil precisar o momento em que tal extravio teria ocorrido, sendo mais coerente aceitar que tenha sido fruto de um processo lento, simultâneo à própria decadência do Gabinete. Desta forma, pressupomos que ao longo da segunda metade do século XX, os livros daquele acervo foram sendo retirados e tomando destinos variados.

O desafio que este acervo propõe ao pesquisador consiste, principalmente, em partir do presente em busca de um mapeamento dos caminhos percorridos no passado, compreendendo o processo de sua constituição enquanto corpo documental portador de grande importância para o historiador.

Para além da condição de patrimônio local, de parte da memória, o acervo em questão constitui uma importante fonte de pesquisa, necessitando, para tanto, de receber tratamento adequado da parte de quem vier a acessá-lo. A ausência de trato arquivístico não significa ser impossível extrair alguma forma de lógica organizativa em seu atual estado de arrumação.

O primeiro contato revelou um amontoado de livros antigos, organizados num pequeno armário de madeira composto de três prateleiras fechadas de portas que deixavam-nos à vista por meio de vidraças. As capas, como já foi mencionado, foram recobertas por papel madeira e os títulos transcritos com pincel. Tal iniciativa revela o tipo de esforço feito no sentido de conservar os livros.

⁶⁷De Camocim. *Correio do Norte*, Ipu, 15 fev. 1924, p. 1

De fato, o que se percebe é que o esforço de pesquisa desenvolvido em torno dos gabinetes de leitura teve como consequência a descoberta destes acervos, trazendo-os à luz e dando-os a ver. Mais do que lamentar a sorte que tiveram, compreendemos que a atitude do historiador diante de uma fonte desta natureza deve ser empreender uma reflexão acerca das perspectivas de exploração do material e das problemáticas concernentes ao seu atual estado.

Neste sentido, e partindo da realidade do acervo, adotamos o procedimento de mapear os caminhos dos livros a partir da recolha dos indícios neles contidos. Tal esforço teve como fim a compreensão do processo de constituição dos acervos, entendendo-os como uma reunião de volumes provenientes das mais diversas origens, situação diretamente ligada à realidade do mercado editorial e livreiro do Brasil da virada do século XIX para o XX.

O exame dos livros também revelou a proveniência de praças comerciais e portuárias brasileiras tanto da região norte - Amazonas, Maranhão e Pará - como da região sudeste - São Paulo. A reunião de livros chegados à cidade de Camocim a bordo dos navios, nas bagagens dos viajantes, dos estivadores em regresso após temporadas de trabalho em outros portos mais movimentados, de caixeiros viajantes, representantes comerciais, estudantes, padres, profissionais liberais e funcionários públicos acabou por colaborar para a constituição de um acervo para uma instituição voltada para a promoção da leitura. Desta forma, compreendemos que a própria intencionalidade presente na constituição dos acervos esteve influenciada pelas possibilidades de acesso ao livro por parte dos sujeitos envolvidos direta e indiretamente na sua montagem ao longo do período em que o Gabinete de Leitura esteve em atividade.

Ao discutir a constituição do acervo do Gabinete de Leitura Camocinense enquanto massa documental relevante para a pesquisa histórica, não podemos negar a importância de se procurar identificar a intencionalidade do responsável - ou dos responsáveis - pela sua organização, como afirma Ariane Ducrot quando diz que "*quanto aos livros, é*

fato que a composição de uma biblioteca dá indicações preciosas sobre a personalidade daquele que a constituiu”⁶⁸.

Uma possibilidade de abordagem dos acervos enquanto fontes documentais consistiria em tomá-los como pista para inquirir a respeito do perfil dos responsáveis pela sua organização. Tal possibilidade carrega alguns riscos, sendo, porém, o principal deles o tomar o acervo em sua condição atual como meio de se chegar à personalidade de seus organizadores, negligenciando o processo de rapinagem que o atingiu, esquecendo que os livros restantes representam apenas parte – menos da metade, no caso do Gabinete de Leitura Camocinense – do montante original.

Não se pode, por outro lado, contornar o fato de os acervos encontrarem-se desfalcados. Nem é possível reconstituí-los em sua dimensão original uma vez que os catálogos se perderam ou mesmo nunca foram confeccionados. Resta ao pesquisador pensar uma possibilidade de abordagem partindo da situação atual do acervo podendo, dentre outras coisas, buscar entender-lhe a trajetória a partir de sua constituição e organização, identificando os responsáveis e colaboradores neste esforço.

Um outro caminho pode ser traçado tomando em consideração a aspecto literário, onde se tentaria chegar às preferências de leitura dos frequentadores dos gabinetes a partir da análise da recorrência dos títulos. O sucesso de tal esforço dependerá da disponibilidade de acesso aos acervos e do cruzamento do resultado de suas catalogações, de onde poderia se ver quais os títulos mais presentes, aqueles que se repetem em mais de um gabinete, sinalizando para uma possível identificação dos livros mais lidos do período ou, ao menos, daqueles cuja presença era considerada mais importante.

Quando encontramos o acervo do Gabinete de Leitura Ipuense, à primeira vista chamou-nos a atenção o fato de os livros encontrarem-se acondicionados numa estante em separado. A Escola de Ensino Médio Coronel Auton Aragão, responsável atualmente pela guarda do acervo, mantém os

⁶⁸DUCROT, Ariane. A classificação dos arquivos pessoais e familiares. *Seminário Internacional sobre Arquivos Pessoais*. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV/IEB-USP, 17 a 21 de novembro de 1997, p. 158.

livros numa estante de madeira com portas corrediças envidraças, enquanto os demais itens de sua biblioteca – livros e material didático em geral – está acomodado e organizado em estantes de aço, procedimento padrão nas escolas públicas do Ceará.

Apesar do inegável despreparo técnico por parte dos funcionários que, até o momento, têm lidado com o acervo, é difícil não perceber a intenção de dispensar um tratamento especial aos livros do acervo do Gabinete de Leitura, embora com isso não estejamos querendo dizer que o mesmo é objeto de cuidados ou zelo adequados do ponto de vista técnico. O citado despreparo ajuda a explicar algumas negligências.

O que verificamos é a existência, da parte dos funcionários responsáveis pela biblioteca escolar, de uma consciência do fato de se tratar de material antigo, raro, portador de algum valor histórico. Ninguém parece atentar para o real valor do acervo no que tange à memória local. Nas condições em que se encontra, o risco de rapinagem ainda é grande.

Um detalhe curioso nos remete a um ponto ainda obscuro na trajetória do Gabinete de Leitura Ipuense: uma placa de metal afixada na face externa de uma das paredes da biblioteca onde encontra-se gravado em letras brancas sobre fundo azul a inscrição “Biblioteca Francelina Martins”. Tal artefato traz à tona o silêncio em torno da desativação do Gabinete de Leitura e a transferência de seu acervo à instituição citada na placa.

Francelina Martins de Araújo era filha do deputado ipuense Abílio Martins, tido pelas fontes como um dos principais responsáveis pela organização do acervo do Gabinete. Teria sido às custas de sua influência e amizade junto a políticos cearenses e de sua vasta circulação pela Capital e outras zonas do interior que as primeiras doações teriam sido feitas⁶⁹. Em suas memórias publicadas em livro, Francelina relembra o convite que recebeu para a inauguração de uma biblioteca que recebeu seu nome em Ipu, mas silencia sobre a proveniência dos livros nela reunidos, não mencionando o fato de a mesma ter recebido parte do acervo do Gabinete de Leitura Ipuense⁷⁰, o qual permite, em sua atual situação, várias abordagens. Uma

⁶⁹ARAUJO, Antonio Marrocos. Id. *Ibidem*, p. 41-42.

⁷⁰ARAUJO, Francelina Martins. *Cascata de cristais*. Fortaleza: FIEC/SENAI, 1994.

delas pode dar-se a partir da constatação dos silêncios impostos à certos momentos de sua trajetória, como verificamos em relação à sua transferência do Gabinete para a Biblioteca Francelina Martins.

Outro ponto obscuro no que se refere à composição dos acervos diz respeito à presença de jornais e revistas, colocados à disposição dos frequentadores do Gabinete. Junto aos livros nenhum exemplar de jornal foi encontrado. Porém, o exame de parte da coleção do jornal *Correio do Norte* revelou a existência, em parte das edições, da anotação “Gabinete de Leitura” no cabeçalho da primeira página, indicando tal indício aponta para a possibilidade de estes exemplares um dia terem feito parte do acervo do Gabinete.

Um inventário dos indícios revela ao pesquisador os vários caminhos a serem trilhados no interior do acervo, seja tomando como fio condutor a questão da dicotomia presença/ausência dos gabinetes, a partir da reflexão acerca do atual estado, de sua guarda, conservação e destinação. As dedicatórias gravadas em alguns volumes sugerem a investigação acerca do perfil dos doadores, sempre levando em conta o fato de termos condições, graças ao cruzamento de fontes, de identificar um dos principais responsáveis pelo angariamento destas doações: o deputado Abílio Martins. Se ele foi um dos organizadores, parte de seu círculo social pode ser encontrado nas páginas dos volumes doados, o que constatamos a partir do exame das dedicatórias assinadas por vários deputados do Partido Republicano Conservador – PRC – do Ceará⁷¹.

Investigar o acervo tomando-o como uma massa documental constituída a partir da atuação dos membros de uma instituição fundada na segunda década do século XX, mencionada de forma breve na imprensa da época para depois cair no esquecimento até ser dada a ver por meio de pesquisa acadêmica recente é uma outra possibilidade que o acervo sugere⁷².

⁷¹Encontramos livros com dedicatórias assinadas por Armando Monteiro, Leonel Chaves e Manoel Sátiro.

⁷²A primeira pesquisa historiográfica dedicada a investigar o Gabinete de Leitura Ipuense foi realizada por Jorge Luiz Ferreira Lima e resultou na elaboração da monografia intitulada *Livro, homens, uma cidade: uma discussão sobre o Gabinete de Leitura Ipuense*, apresentada ao Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú em setembro de 2007.

Conclusão

Os acervos dos gabinetes de leitura de Ipu e Camocim carregam expressiva potencialidade a partir de sua caracterização como fontes de pesquisa. As possibilidades de reflexão abertas a partir de seu exame demonstram a sua relevância para a historiografia, podendo levar o historiador a enveredar por qualquer dos caminhos representados pelas várias vertentes atualmente em voga.

O exame atento de sua constituição e a investigação a respeito do processo de organização, incluindo a identificação dos sujeitos envolvidos, pode conduzir ao repensar aquilo que se costuma afirmar a respeito da constituição social, cultural e econômica das cidades da região norte do Ceará.

Bibliografia

ABREU, Marcia (org.) *Leitura, história e história da leitura*. Campinas/SP: Mercado de Letras, 1999.

BARBOSA, Marta Emísia Jacinto; LIMA, Jorge Luiz Ferreira. História, imprensa e redes de comunicação. *História & Perspectivas*. Uberlândia, nº 39, p. 37-57, jul-dez. 2008.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 2002.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lammourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

DUCROT, Ariane. A classificação dos arquivos pessoais e familiares. *Seminário Internacional sobre Arquivos Pessoais*. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV/IEB-USP, 17 a 21 de novembro de 1997, p. 151-168.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e História*. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: T. A. Queiroz, Ed. da Universidade de São Paulo, 1985.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5 ed. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2003.

MARTINS, Ana Luiza. Gabinetes de leitura do Império: casas esquecidas da censura? In: ABREU, Márcia. *Leitura, história e história da leitura*. Campinas/SP: Mercado de Letras, 1999.

MENEZES, Ulpiano José Bezerra. A história, cativa da memória? *Rev. Inst. Est. Bras.* São Paulo, nº 34, p. 16, 1992.

SCHAPOCHNIK, Nelson. A leitura no espaço e o espaço da leitura. In: ABREU, Marcia e SCHAPOCHNIK, Nelson (orgs). *Cultura letrada no Brasil: objetos e práticas*. Campinas/SP: Mercado de Letras/Associação de Leitura do Brasil (ALB)/FAPESP, 2005.

SOUSA, Eusébio de. Um pouco de história: chronica do Ipu. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, t. XXIX, p. 157-243.